

PORTARIA Nº 05, de 30 de março de 2020

Dispõe sobre o trâmite de processos e documentos no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais - MPC-MG, no período de 30 de março a 30 de abril de 2020, e dá outras providências.

A PROCURADORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com base no art. 32 da Lei Complementar n. 102/2008:

CONSIDERANDO o teor da Portaria nº 04 do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais - MPC-MG, de 20 de março de 2020, bem como da Portaria nº 20/PRES./2020, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCEMG, com as alterações realizadas pela Portaria nº 21/PRES./2020, de 28 de março de 2020, que dispõem, dentre outros, sobre a adoção de medidas temporárias de prevenção ao contágio do Covid-19;

RESOLVE:

Art. 1º. No período de 30 de março a 30 de abril de 2020, fica suspensa a tramitação dos documentos e dos processos físicos, no âmbito do MPC-MG, exceto aqueles referidos na Portaria nº 20/PRES./2020 do TCEMG, com as alterações realizadas pela Portaria nº 21/PRES./2020.

Art. 2º. No período de 30 de março a 30 de abril de 2020, os procedimentos investigatórios e pedidos de cooperação continuarão a ser regularmente autuados e distribuídos e tramitarão, preferencialmente, de forma eletrônica, cabendo ao Procurador competente o exame e andamento das matérias que entender urgentes.

§ 1º. A Coordenadoria de Apoio Operacional - CAOP do MPC-MG funcionará essencialmente em regime de teletrabalho, com plantão às terças e quintas-feiras, das 10 às 16 horas, para atendimento presencial na unidade.

§ 2º. Denúncias e demais documentos externos endereçados ao MPC-MG serão recebidos exclusivamente pelo endereço eletrônico faleconosco@mpc.mg.gov.br e, havendo necessidade de contato telefônico com o órgão, deverá ser realizado por meio do número (31) 3348-2628.

§ 3º. Após o período estabelecido no *caput* deste artigo, e não havendo necessidade de prorrogação das medidas fixadas nesta Portaria, serão procedidas as autuações físicas de todos os procedimentos pela CAOP.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 30 de março de 2020.

Elke Andrade Soares de Moura
Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas